

編號：第 452/2023 號（刑事上訴案）

日期：2024 年 1 月 25 日

**重要法律問題：**

- 量刑
- 以罰金代替徒刑
- 緩刑

## **摘要**

對於量刑時需考慮的情節，判決書可作重點闡述，並無需逐一列明，只要不存在對法定限制規範，如刑罰幅度或經驗法則的違反，也不存在所確定的具體刑罰顯示出完全不適度的話，上訴法院不應介入具體刑罰的確定。

**裁判書製作人**

---

周艷平

# 澳門特別行政區中級法院 合議庭裁判書

編號：第 452/2023 號（刑事上訴案）

上訴人：A

日期：2024 年 1 月 25 日

## 一、案情敘述

在初級法院第 CR1-22-0198-PCC 號普通刑事案件中，法院於 2023 年 4 月 28 日作出判決，裁定：

嫌犯 A，以直接正犯身分及在犯罪既遂的情況下觸犯了《刑法典》第 279 條第 1 款 a 項及 b 項所規定及處罰的一項危險駕駛道路上之車輛罪（吸收第 3/2007 號法律（《道路交通法》）第 90 條第 1 款所規定及處罰的一項醉酒駕駛罪），判處七個月實際徒刑。

另外，判處禁止嫌犯駕駛為期二年，且根據《道路交通法》第 121 條第 7 款及第 143 條第 2 款的規定，嫌犯須於刑滿出獄後起計的五日內將其駕駛執照交予治安警察局以便執行該禁止駕駛的決定。

\*

嫌犯不服，向本院提起上訴。上訴人於其上訴理由闡述（載於卷宗第 146 頁至第 166 頁）中，列舉了其上訴之依據，並在結論中以分

條縷述方式簡述上訴請求之理由。<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> 上訴人A提出以下上訴理由（上訴理由闡述的結論部分）：

## VI - CONCLUSÕES

1.<sup>a</sup> Imputa o ora recorrente à decisão recorrida, vícios de erros de direito integrado no fundamento indicado no artº. 400º, nº 1, do Código de Processo Penal- "quaisquer questões de direito de que pudesse conhecer a decisão recorrida" - no que concerne sobre vício por não aplicação da pena de multa do artigo 64.º do Código Penal; e no que concerne sobre a não suspensão da execução da pena de prisão do artigo 48.º do Código Penal; no que concerne sobre vício na dosimetria da pena acessória condenada.

2.<sup>a</sup> O douto acórdão padece do vício de violação da lei por não ter aplicado a pena de multa e aplicou uma pena de prisão efectiva ao ora recorrente.

3.<sup>a</sup> O Código Penal de Macau, no seu artº 40.º determina que: " - a aplicação de penas e medidas de segurança visa a protecção de bens jurídicos e a reintegração do agente na sociedade; - a pena não pode ultrapassar em caso algum a medida da culpa; - a medida de segurança só pode ser aplicada se for proporcionada à gravidade do facto e à perigosidade do agente".

4.<sup>a</sup> Nos termos do disposto no artº 65.º do Código Penal, "Se ao crime foram aplicáveis, em alternativa, pena privativa e pena não privativa da liberdade, o tribunal dá preferência à segunda sempre que esta realizar de forma adequada e suficiente as finalidades da punição" .

5.<sup>a</sup> Do crime cometido pelo ora recorrente é aplicável alternativamente, em pena de multa: - "Artigo 279.º do Código Penal" "1. Quem conduzir veículo, com ou sem motor, em via pública ou equiparada, - a) não estando em condições de o fazer com segurança, por se encontrar em estado de embriaguez ou sob influência de álcool, estupefácia, substâncias psicotrópicas ou produtos com efeito análogo, por deficiência física ou psíquica ou por fadiga excessiva, ou - b) violando grosseiramente as regras da circulação rodoviária, e criar deste modo perigo para a vida, perigo grave para a integridade física de outrem ou perigo para bens patrimoniais alheios de valor elevado, é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa.".

6.<sup>a</sup> Sem quebra do devido respeito, não pode deixar de manifestar a sua discordância em relação à

---

decisão da condenação da pena, pelas razões que, respeitosamente, passa a articular.

7.º Na realidade, o recorrente para além de ter considerado pelo Tribunal a quo que confessou as imputações, já tendo confessado os factos em momento anterior, na Polícia Segurança Pública, em fls. 2, 7, e no Ministério Público em fls. 49, e sentiu-se muito arrependido.

8.º Conforme consta no acórdão, o recorrente é divorciado, uma pessoa radicada, fixada profissional como condutor de veículo pesado, e familiarmente, na RAEM, tem como encargos um filho menor e da sua mãe (fls. 128,128 e 130 verso).

9.º O recorrente é a única pessoa que sustenta a sua família, nomeadamente, da sua mãe e do seu filho menor.

10.º A mãe é viúva e sofre de doença prolongada grave, sujeito ainda em cura que carece de cuidados do recorrente.

11.º O recorrente é divorciado, é a única pessoa que cumpre o dever- poder de cuidar o seu filho menor.

12.º O filho menor, de 16 anos de idade, que estuda ainda no 4.º ano do ensino secundário, carece de cuidados indispensáveis do pai recorrente.

13.º Cabe exclusivamente ainda o recorrente de pagar as prestações mensais da fracção autónoma em hipoteca da moradia de família.

14.º Entendemos, portanto, estarem verificados os pressupostos para que a pena encontrada seja de pena de multa, conforme dispõe o art.º 64.º n.º 1 do Código Penal, norma que foi violada pelo Tribunal a quo, pois, atendendo à personalidade do agente, o grau do dolo, suas condições de vida pessoal e familiar, sua conduta anterior e posterior ao crime e as circunstâncias destes, ponderado com o grau da gravidade da consequência, deveria concluir, assim, que a pena de multa realiza de forma adequada e suficiente as finalidades da punição.

15.º Aplicando os mesmos critérios da medida da pena pelo Tribunal recorrido, aplicar uma pena de 70 dias de multa para o ora recorrente seria mais justa, e deverá ser fixada nos termos do art.º 45.º do Código Penal a cada dia de multa não superior a Mop 100.00 considerando a situação económica do arguido, já comprovado no douto acórdão.

16.º Se o Tribunal *ad quem* não concordar aplicar a pena de multa ao recorrente, devendo também

---

aplicar a suspensão da pena de prisão ora condenado ao recorrente.

17.<sup>a</sup> Na determinação da pena que definitivamente deve ser aplicada do delinquente, o Tribunal, após identificar a moldura penal abstracta e verificar a moldura penal encontrada para cada um dos crimes tem que ser modificada devida a existência de uma circunstância modificativa atenuante ou agravante aplicando a pena em sentido restrito, tem que forçosamente confrontar-se com a escolha da espécie da pena a aplicar seguindo o critério que a lei lhe dá.

18.<sup>a</sup> Prescreve o art.<sup>o</sup> 48.<sup>o</sup> do Código Penal "O tribunal pode suspender a execução da pena de prisão aplicada em medida não superior a 3 anos se, atendendo à personalidade do agente, às condições da sua vida, à sua conduta anterior e posterior ao crime e às circunstância deste, concluir que a simples censura do facto e a ameaça de prisão realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição".

19.<sup>a</sup> De como atrás exposto, o recorrente é divorciado, uma pessoa radicada, fixada profissional como condutor de veículo pesado, e familiarmente, na RAEM, tem como encargos um filho menor e da sua mãe.

20.<sup>a</sup> O recorrente é a única pessoa que sustenta a sua família, nomeadamente, da sua mãe e do seu filho menor.

21.<sup>a</sup> A mãe é viúva e sofre de doença prolongada grave, sujeito ainda em cura que carece de cuidados do recorrente.

22.<sup>a</sup> O recorrente é divorciado, é a única pessoa que cumpre o dever - poder de cuidar o seu filho menor.

23.<sup>a</sup> O filho menor, de 16 anos de idade, que estuda ainda no 4.<sup>o</sup> ano do ensino secundário, carece de cuidados indispensáveis do pai recorrente.

24.<sup>a</sup> Cabe exclusivamente ainda o recorrente de pagar as prestações mensais da fracção autónoma em hipoteca da moradia de família.

25.<sup>a</sup> Perante assim especialmente as condições da sua vida e particularmente a vida familiar, é adequada à culpa do agente e suficiente para realizar a tutela dos bens jurídicos protegidos, crendo-se que seja suspensa a execução da pena de prisão por um período de 2 anos.

26.<sup>a</sup> Como atrás exposto, resulta do acórdão condenatório a condenação do ora recorrente também duma pena acessória de inibição de conduzir por 2 anos.

\*

駐初級法院刑事法庭的檢察院代表作出答覆，認為上訴人的所有上訴理由明顯不成立，應予以駁回（詳見卷宗第 193 頁至第 195 頁）。

檢察院在答覆中提出下列理據（結論部分）：

1. 在本卷宗內，嫌犯因觸犯《刑法典》第 279 條第 1 款 a 項的一項「危險駕駛道路上之車輛罪」（血液的酒精含量為 2.16 克/升，被判處七個月實際徒刑，以及判處禁止駕駛為期兩年。有關的犯罪事實發生在 2022 年 7 月 22 日。

---

27. <sup>a</sup> Com efeito, nos termos do art. 94.<sup>º</sup> da Lei de Trânsito Rodoviário, "é punido com inibição de condução pelo período de 2 meses a 3 anos, consoante a gravidade do crime".

28. <sup>a</sup> O Código Penal de Macau, no seu art.<sup>º</sup> 40.<sup>º</sup> determina que: - a aplicação de penas e medidas de segurança visa a protecção de bens jurídicos e a reintegração do agente na sociedade. - a pena não pode ultrapassar em caso algum a medida da culpa. - a medida de segurança só pode ser aplicada se for proporcionada à gravidade do facto e à perigosidade do agente.

29. <sup>a</sup> O art.<sup>º</sup> 65.<sup>º</sup> n<sup>º</sup>.2 do mesmo diploma legal determina que o Tribunal, na medida da pena, atenda todas as circunstâncias que depuserem a favor ou contra do agente, considerando nomeadamente:- o grau de ilicitude do facto, o modo de execução deste a gravidade das suas consequências, bem como o grau de violação dos deveres impostos ao agente; - a intensidade do dolo ou da negligência; - os sentimentos manifestados no cometimento do crime e os fins ou motivos que o determinaram; - as condições pessoais do agente e a sua situação económica; - a conduta anterior ao facto e posterior a este, especialmente quando esta seja destinada a reparar as consequências do crime; - a falta de preparação para manter uma conduta lícita, manifesta no facto, quando essa falta deva ser censurada através da aplicação da pena.

30. <sup>a</sup> Com o devido respeito, afigura-se desproporcionada a pena acessória aplicada ao ora recorrente.

31. <sup>a</sup> Entende-se que deveria ser aplicada uma pena acessória de inibição de conduzir ao recorrente não superior a 1 ano e 6 meses.

2. 上訴人認為原審法院的主刑之量刑過重，應下調至罰金 70 天，每天金額為 100 澳門幣；或予以緩刑 2 年；有關附加刑亦應下調至一年六個月。

3. 但我們不認同，理由如下：

4. 嫌犯的刑事記錄如下〔見第 130 頁之判決內容及第 98 至 108 頁〕「嫌犯於 2002 年至 2014 年曾因觸犯盜竊罪及兩次觸犯醉酒駕駛罪而被判刑。有關刑罰已被宣告消滅。嫌犯於 2020 年 5 月 29 日在第 CR3-19-0346-PCS 號卷宗內因觸犯了一項普通傷害身體完整性罪而被判處一年徒刑，暫緩三年執行；有關判決已於 2020 年 06 月 18 日轉為確定。」

5. 換言之，正如原審裁判中「量刑」所言〔見第 132 頁〕，上訴人在本次犯罪前已有兩次醉酒駕駛罪犯罪前科，且又於 CR3-19-0346-PCS 的緩刑期內觸犯本案，而本案犯罪起因亦是醉酒駕駛，本次的酒精含量不低〔2.16 克/升〕，上訴人的醉酒下駕駛行為更對道路的其他使用者構成具體的危險，如錄像顯示〔第 44 至 46 頁、第 73 至 75 頁〕其駕駛的貨車在轉彎期間向右傾側(08:42:34)，逐漸壓向行駛中的警用汽車，幸好當時警車內駕駛者〔警員證人 B〕意識到該危險而立即加速向前才能「避過一劫」，最終嫌犯的貨車向右翻側(08:42:35)。由此可見，在該一秒之中，若非警車駕駛者當時反應迅速，相信嫌犯貨車翻側之際必定會壓到警車，則警車的駕駛者及乘客的身體完整性及生命必遭侵害，可見其行為已為道路的使用者帶來極為具體的危險，而貨車翻側亦造成路面及路面上的多個鐵欄毀損

[見已證事實第七項]，應予以重罰。

6. 不可不提的是，上訴人並不是第一次醉酒駕駛，其曾於 2010 年 [CR2-10-0117-PSM，第 101 頁] 及 2014 年 (CR2-14-0134-PSM，第 103 頁) 兩次以簡易訴訟形式被判處觸犯醉酒駕駛罪；而且，上訴人正處於另一案的緩刑期內，更應該謹言慎行，既然白天有駕駛的工作需要，就不應在晚上飲酒。

7. 雖然上訴人的為經濟支柱及需供養母親及未成年子女，但此非危險駕駛罪的求情及脫罪理由，既然上訴人仍決意飲酒駕駛，則上訴人自然要承擔其入獄後帶來的苦果，而非在上訴時濫用其家庭狀況求情。

8. 故此，原審法院在競合下判處 7 個月實際徒刑的刑罰是正確及恰當的，並沒有違反《刑法典》第 40 及 48 條的規定。事實上，若非警車駕駛者及時加速，倘造成人命傷亡，上訴人的定罪量刑肯定遠遠不止於此。

9. 而針對有關的附加刑 [為期兩年]，考慮到是次其造成的具體危險險些使兩名正在執勤的警員喪命，而卷宗 CR2-14-0134-PSM 的禁止駕駛期間為 1 年 6 個月，而有關的禁止駕駛期間亦無法令上訴人改過，基於附加刑擔當主刑的輔助功能，強化並分擔處罰中的刑罰制裁內容，則原審法院判處禁止駕駛二年是適合的，亦沒有存在任何再給予緩刑的理由。

綜上所述，本檢察院認為由於所有上訴理由明顯不成立，應予之駁回。

\*

案件卷宗移送本院後，駐本審級的檢察院代表作出檢閱及提交法律意見，認為上訴人的上訴理由皆不成立，應駁回上訴及維持原判（詳見卷宗第 205 頁之第 206 頁背頁）。

\*

本院受理事務人提起的上訴，組成合議庭，對上訴進行審理，兩名助審法官相繼檢閱了卷宗，並作出評議及表決。

\*\*\*

## 二、事實方面

原審法院經庭審後認定以下事實：

獲證明屬實的事實：

1. 嫌犯 A 自 2022 年 5 月起，在澳門…材料科技有限公司任職重型車輛司機。
2. 2022 年 7 月 22 日早上，嫌犯按該公司一名股東之安排，駕駛車輛運載生活物資。為此，於同日早上約 8 時 46 分，嫌犯駕駛車牌號碼為 MK-XX-XX 的重型汽車（該車輛後方拖架上，連有一個載有生活物資的貨櫃），沿馬萬祺博士大馬路，由濠江圓形地往友誼圓形地方向行駛。
3. 嫌犯在駕駛該車輛前，曾飲用酒精飲品。
4. 同日早上約 8 時 47 分，當嫌犯駕駛該車輛，進行轉彎操作並駛出濠江圓形地，駛至馬萬祺博士大馬路左起第 2 條車道、近編號 306C08 號燈柱的路面時，因未能在彎位適當減低車速，該車

輛拖架上的貨櫃開始向右翻側。

5. 此時，治安警察局一名警員 B，接載另一名警員 C，駕駛車牌號碼為 MG-XX-XX 的警用車輛，在嫌犯所行駛車道的對向車道上，駛近嫌犯所駕駛車輛的右方位置，並貼近嫌犯所駕駛車輛及其拖架上正在向右翻側的貨櫃。
6. 警員 B 見狀，立即加速向前駕駛。
7. 當上述警用車輛駛離嫌犯所駕駛車輛及其貨櫃之右方位置後，嫌犯所駕駛車輛連同貨櫃，立即傾倒在對向車道的路面上，並導致該路面及路面上的多個鐵欄毀損。
8. 如上述警用車輛未能及時加速駛離，極可能被傾倒之前述車輛及貨櫃壓毀，並危及上述警用車輛內兩名警員的生命及身體完整性。
9. 交通警員接報後隨即抵達現場，並於同日早上約 9 時 12 分，對嫌犯進行酒精呼氣測試，測試儀錄得的結果為 2.23 克/公升。
10. 根據交通高等委員會 2016 年通過決議扣減 0.07 克/公升的誤差值後，是次酒精呼氣測試結果視為 2.16 克/公升。（參見卷宗第 8 頁）
11. 嫌犯喝酒後使其每公升血液中的酒精含量超過 1.2 克，仍在公共道路上駕駛車輛。
12. 嫌犯身為職業司機，因醉酒而不具備安全駕駛之條件，繼而在駕駛中轉彎時未能適當減低車速，明顯違反在道路上行駛之規則，而仍在公共道路駕駛重型車輛，導致該車輛連同貨櫃傾倒

至對向車道，對他人生命造成危險，對他人的身體完整性造成嚴重危險，並對他人財產造成危險。

13. 嫌犯在自由、自願及有意識的情況下，故意作出上述行為。
14. 嫌犯知悉其行為違法，會受法律制裁。

\*

**同時，亦證明下列事實：**

根據刑事紀錄證明及判決證明書，嫌犯的犯罪紀錄如下：

嫌犯於 2002 年至 2014 年曾因觸犯盜竊罪及兩次觸犯醉酒駕駛罪而被判刑。有關刑罰已被宣告消滅。

嫌犯於 2020 年 05 月 29 日在第 CR3-19-0346-PCS 號卷宗內因觸犯了一項普通傷害身體完整性罪而被判處一年徒刑，暫緩三年執行；有關判決已於 2020 年 06 月 18 日轉為確定。

—

嫌犯自願承認被指控的犯罪事實。

嫌犯的個人及家庭狀況如下：

嫌犯為司機，月入平均澳門幣 27,000 元。

需供養母親及一名未成年兒子。

學歷為小學六年級。

\*

**未獲證明之事實：沒有。**

\*\*\*

**三、法律方面**

本上訴涉及的問題為：

- 量刑
- 以罰金代替徒刑
- 緩刑

\*

上訴人認為，原審法院量刑過重，被上訴判決違反了《刑法典》第 40 條、第 44 條、第 48 條及第 65 條的規定，應將實際徒刑改判為 70 日罰金、每日罰金澳門幣 100 元，或將徒刑予以緩期執行二年，有關附加刑亦應下調至一年六個月。

\*

《刑法典》第 279 條（危險駕駛道路上之車輛）規定：

一、在下列情況下，於公共道路或等同之道路上駕駛有或無發動機之車輛，因而對他人生命造成危險、對他人身體完整性造成嚴重危險，或對屬巨額之他人財產造成危險者，處最高三年徒刑或科罰金：

a) 因在醉酒狀態下，或受酒精、麻醉品、精神科物質或具相類效力之產品影響，又或因身體或精神缺陷或過度疲勞，而不具備安全駕駛之條件；或

b) 明顯違反在道路上行駛之規則。

二、如因過失而造成上款所指之危險，行為人處最高二年徒刑，或科最高二百四十日罰金。

三、如因過失而作出第一款所指之行為，行為人處最高一年徒刑，或科最高一百二十日罰金。

《道路交通法》第 94 條（因犯罪而被禁止駕駛）規定：

因下列犯罪而被判刑者，按犯罪的嚴重性，科處禁止駕駛兩個月至三年，但法律另有規定除外：

- (一) 駕駛時實施的任何犯罪；
- (二) 第八十九條所指的逃避責任；
- (三) 偽造、移走或掩蔽車輛識別資料；
- (四) 偽造駕駛執照、其替代文件或等同文件；
- (五) 盜竊或搶劫車輛；
- (六) 竊用車輛；
- (七) 任何故意犯罪，只要繼續持有駕駛執照可為其持有人提供特別有利於再犯罪的機會或條件。

\*

《刑法典》第 40 條、64 條和第 65 條規定了刑罰的目的、選擇刑罰之標準以及確定具體刑罰份量的準則。

根據《刑法典》第 40 條第 1 款規定，刑罰之目的旨在保護法益及使行為人重新納入社會，即：從一般預防和特別預防兩個方面作考量。前者，主要從一般預防的積極方面考慮，通過適用刑罰達到恢復和加強公眾的法律意識，保障其對因犯罪而被觸犯的法律規範的效力、對社會或個人安全所抱有的期望，並保護因犯罪行為的實施而受到侵害的公眾或個人利益，同時遏止其他人犯罪；後者，旨在通過對犯罪行為人科處刑罰，尤其是通過刑罰的執行，使其汲取教訓，銘記其犯罪行為為其個人所帶來的嚴重後果，從而達到遏止其再次犯罪、

重新納入社會的目的。

《刑法典》第 40 條第 2 款規定了刑罰之限度，確定了罪刑相當原則。根據該原則，刑罰的程度應該與罪過相對應，法官在適用刑罰時不得超出事實當中的罪過程度。

《刑法典》第 44 條建立了減少短期實際徒刑的制度，規定：科處之徒刑不超逾六個月者，須以相等日數之罰金或以其他可科處之非剝奪自由之刑罰代替之，但為預防將來犯罪而有必要執行徒刑者，不在此限。

在具體量刑時，《刑法典》第 64 條規定了選擇刑罰之標準，規定：如對犯罪可選科剝奪自由之刑罰或非剝奪自由之刑罰，則只要非剝奪自由之刑罰可適當及足以實現處罰之目的，法院須先選非剝奪自由之刑罰。

《刑法典》第 65 條規定了確定具體刑罰份量的準則：法院在確定刑罰的份量時，須按照行為人之罪過及預防犯罪的要求為之，同時，亦須考慮所有已確定的不屬犯罪罪狀的情節，特別是，犯罪行為的不法程度、實行之方式、後果之嚴重性、行為人對被要求須負義務之違反程度、故意之嚴重程度、所表露之情感、行為人之動機、行為人之個人狀況及經濟狀況、事發前後之行為。

\*

《刑法典》第 40 條及第 65 條規定，具體刑罰應在最低刑幅及最高刑幅之間，以罪過及刑罰目的作出決定，而法律賦予法院在刑法規定的刑幅間有選擇合適刑罰的自由。既然法律容許法院自由在法定的

刑幅之間決定一個合適的刑罰，簡單引用《刑法典》第 65 條的量刑情節，已經足以表明法院確實考慮了這些因素，只不過是在衡平的原則下選擇一個自認為合適的刑罰，而上訴法院的審查也僅限於原審法院的最後選擇的刑罰明顯過高或者刑罰不合適的情況。<sup>2</sup>

換言之，按照《刑法典》第 40 條及第 65 條規定，在確定具體刑罰份量時，應對事實和情節作整體考量，依據罪過和刑罰的目的，在法定刑幅之間，確定一個適合的刑罰；而對於量刑時需考慮的情節，判決書可作重點闡述，並無需逐一列明，只要不存在對法定限制規範，如刑罰幅度或經驗法則的違反，也不存在所確定的具體刑罰顯示出完全不適度的話，上訴法院不應介入具體刑罰的確定。

\*

根據獲證事實，上訴人明知酒後禁止在公共道路上駕駛，而仍於醉酒狀態下駕駛重型車輛，觸犯被指控的一項「醉酒駕駛罪」，當時，酒精呼氣測試結果顯示其血液的酒精含量為每公升 2.16 克，大幅超過法律規定的醉酒駕駛的酒精含量標準每公升 1.2 克；同時，上訴人身為職業司機，明知自己因醉酒而不具備安全駕駛之條件，但仍在公共道路駕駛拖架上載有貨櫃的重型車輛，轉彎時未適當減低車速而導致所駕駛的車輛連同貨櫃傾倒在對向的行車道，對正在對該行車道行駛的兩名警員的生命或身體完整性造成具體的嚴重危險，亦造成路面及鐵欄的損害，觸犯了被指控的一項「危險駕駛道路上之車輛罪」。

根據刑事紀錄證明及判決證明書，上訴人於 2002 年至 2014 年曾

---

<sup>2</sup> 參見中級法院第 23/2019 號上訴案 2019 年 7 月 11 日合議庭裁判。

因觸犯「盜竊罪」及兩次觸犯「醉酒駕駛罪」而被判刑；於第 CR3-19-0346-PCS 號卷宗內因觸犯一項「普通傷害身體完整性罪」而被判處一年徒刑，暫緩三年執行，該判決於 2020 年 06 月 18 日轉為確定。即：上訴人本案的犯罪事實發生在前指徒刑的暫緩執行期內。

原審法院於被上訴判決的“量刑”中指出：

根據《刑法典》第 64 條之規定，如對犯罪可選科剝奪自由之刑罰或非剝奪自由之刑罰，則只要非剝奪自由之刑罰可適當及足以實現處罰之目的，法院須先選非剝奪自由之刑罰。

就本案而言，考慮到嫌犯非為初犯，本合議庭認為選科徒刑方足以實現處罰之目的，達至預防犯罪。

量刑須根據《刑法典》第 40 及 65 條之規定。

具體刑罰之確定須按照行為人之罪過及預防犯罪的要求為之，同時，亦須考慮犯罪行為之不法程度、實行之方式、後果之嚴重性、犯罪行為人對被要求須負義務之違反程度、故意之嚴重程度、所表露之情感、嫌犯之動機、嫌犯之個人狀況及經濟狀況、事發前後之行為及其他已確定之情節。

按照上述的量刑標準，同時考慮到在本個案中的具體情節，尤其嫌犯自願承認控罪，但嫌犯有刑事紀錄、其犯罪故意程度甚高，而且，嫌犯的犯罪行為曾危及兩名警員的生命及對他人重大財產造成危險，必須予以嚴厲譴責；本合議庭認為嫌犯觸犯《刑法典》第 279 條第 1 款 a 項及 b 項所規定及處罰的一項危險駕駛道路上之車輛罪（吸收第 3/2007 號法律（《道路交通法》）第 90 條第 1 款所規定及處罰的

一項醉酒駕駛罪），判處七個月徒刑最為適合。

本院認為，原審法院依據上訴人的罪過及預防犯罪的要求，經充分考慮對上訴人有利和不利的所有情節，對上訴人觸犯的一項《刑法典》第 279 條第 1 款 a 項及 b 項所規定及處罰的「危險駕駛道路上之車輛罪」（吸收第 3/2007 號法律（《道路交通法》）第 90 條第 1 款所規定及處罰的一項醉酒駕駛罪），選擇了剝奪自由的徒刑，在一個月至三年徒刑的刑幅內，判處上訴人七個月徒刑，並根據上訴人犯罪的嚴重性，在禁止駕駛二個月至三年的附加刑的刑幅期間，科處二年禁止駕駛的附加刑，完全不存在適用法律錯誤、量刑過重並違反罪刑相當原則的情形，上訴法院沒有介入的空間。

\*

由於本院決定維持判處上訴人七個月徒刑之決定，本案不符合適用《刑法典》第 44 條以罰金代替徒刑的規定，故此，上訴人的該理據無需審理。

\*

上訴人認為應給予其暫緩執行所判的徒刑。

關於緩刑，《刑法典》第 48 條（前提及期間）規定：

一、經考慮行為人之人格、生活狀況、犯罪前後之行為及犯罪之情節，認為僅對事實作譴責並以監禁作威嚇可適當及足以實現處罰之目的者，法院得將科處不超逾三年之徒刑暫緩執行。

.....

緩刑是行為人承擔其刑事責任的一種獨立的刑事法律制裁方

式，而並非一種放寬處理刑罰責任的措施。在符合法定前提的條件下，法院針對個案“可以”（而並非“必須”）裁定徒刑的暫緩執行。

給予刑罰的暫緩執行應以對行為人將來的行為作有利的預測為基礎，且令人有信心透過刑罰的威嚇，行為人能從判刑中汲取到教訓，並有理由相信其藉著將來遵守法律及符合法律的生活而不會再次犯罪。<sup>3</sup>

緩刑的前提要件包括形式要件（針對不超逾三年的徒刑）及實質要件（存在正面的社會期盼）。所謂“正面的社會期盼”，或稱為“社會的良好預測”，是指透過分析行為人的人格、生活條件、實施犯罪前後的行為表現、犯罪情節，判斷暫緩執行徒刑是否足以讓行為人遠離犯罪，及藉此維護社會所希望保障的法益。對行為人將來行為的預測，需要考慮可預測的風險，且有具體的資料予以支持，令人有理由相信會出現正面的、而非負面的情況。只有當法院考慮到行為人的責任、其生活狀況以及案件顯示的其他情節，認為緩刑能適當令行為人遠離犯罪、且法益得以獲得維護時，方可適用緩刑。

簡言之，在符合緩刑的形式要件的前提下，仍須仔細考量相關的實質要件是否得到確認，包括特別預防及一般預防兩個層面。

本案，上訴人以直接正犯及既遂方式觸犯《刑法典》第 279 條第 1 款 a 項及 b 項所規定及處罰的一項「危險駕駛道路上之車輛罪」（吸收《道路交通法》第 90 條第 1 款所規定及處罰的一項「醉酒駕駛罪」），酒精呼氣測試結果顯示其每公升血液中酒精含量 2.16 克，上訴人在

---

<sup>3</sup> 《澳門刑法典註釋及評述 第二冊》 盧映霞、陳曉疇 譯 第 66 頁，摘自 1991 年 7 月 10 日葡萄牙最高法院合議庭裁判，《司法見解匯篇》，第 16 期，第 4 卷，第 14 頁。

庭上坦白認罪。上訴人非為初犯，於 2002 年至 2014 年曾因觸犯「盜竊罪」及兩次觸犯「醉酒駕駛罪」而被判刑；於第 CR3-19-0346-PCS 號卷宗內因觸犯一項「普通傷害身體完整性罪」而被判處一年徒刑，暫緩三年執行，本案之罪行發生於該緩刑期間之內。

結合本案獲證事實、上訴人之人格、生活狀況、犯罪前後之行為及犯罪之情節，足以顯見上訴人重複違反法律，守法意識十分薄弱，過去所給予的刑罰及徒刑暫緩執行均未能使其汲取教訓，難以令法院作出有利的給予其暫緩執行刑罰的預測結論。因此，本案，對上訴人處以緩刑並不能適當及充分實現刑罰的目的，尤其不能滿足特別預防的需要。

另一方面，醉酒駕駛行為於本澳屢禁不止，且相關行為的不法性甚高，對公共道路安全，特別是道路使用者的生命和健康安全帶來極大風險，嚴厲打擊、遏制該類犯罪的一般預防之要求甚高。

上訴人的行為對社會安寧造成負面影響，亦損害了人們對法律制度的期盼，其刑罰必須足夠反映事實的嚴重性，方能顯示法律對其行為的回應及修補由該不法行為所造成的損害，從而重建人們的信心，並警醒可能的行為人打消犯罪的念頭。因此，在一般預防犯罪的層面，上訴人仍然不符合給予暫緩執行徒刑的實質要件。

\*

基於此，上訴人 A 提出的上訴理由均不成立，原審判決應予以維持。

\*\*\*

#### 四、決定

綜上所述，合議庭裁定上訴人 A 的上訴理由不成立，維持原審判決。

\*

本案上訴之訴訟費用由上訴人負擔，其中，上訴人須繳付 5 個計算單位的司法費。

著令通知。

-\*-

澳門，2024 年 1 月 25 日

---

周艷平（裁判書製作人）

---

蔡武彬（第一助審法官）

---

陳廣勝（第二助審法官）